

Intersectorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde*

Luciano A. Prates Junqueira**

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Sistemas, complexidade e redes; 3. Intersectorialidade, interdisciplinaridade e saúde.

PALAVRAS-CHAVE: gastos em saúde; oferta; demanda; consumo de saúde; serviço de saúde.

A complexidade da realidade social tem exigido dos diversos atores sociais a busca de conceitos que possibilitem analisar as mudanças e intervir nessa realidade. Este artigo pretende contribuir, de maneira ainda incipiente, com essa discussão, ao abordar os conceitos de sistema e rede como meio de articular diversos atores sociais para criar conhecimentos e intervir. O artigo discute a intersectorialidade e a transectorialidade como processos de integração de saberes e experiências, para, em seguida, situar o SUS como um projeto de caráter transectorial (pois os saberes que o informam não se circunscrevem a setores específicos), que se constrói socialmente para garantir direitos.

Intersectoriality, transectoriality and social networks in the health area

The complexity of social reality has demanded that the different social actors look for concepts through which it is possible to analyze changes and intervene in that reality. This paper intends to contribute, though incipiently, to that discussion, while dealing with the concepts of system and network as a means of articulating the different social actors in order to create knowledge and intervene. It also discusses intersectoriality and transectoriality as processes for integrating skills and experiences, and places the Unified

* Uma versão deste artigo foi apresentada no VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, promovido pela Abrasco em ago. 2000, em Salvador.

** Sociólogo, doutor em administração da saúde, professor assistente-doutor da FEA e do Programa de Estudos Pós-graduados em Administração da PUC-SP e consultor em gestão de políticas sociais.

Health System (SUS) as a transectorial project — since its body of knowledge is not restricted to specific skills — that is being socially carried out in order to assure rights.

1. Introdução

A análise dos problemas de nossa época nos leva cada vez mais a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas que precisam ser compreendidos sistemicamente, pois são interligados e interdependentes. Isso remete para a necessidade de reconhecermos que vivemos em um mundo em mudança, cuja percepção demanda uma nova maneira de pensar, que contemple a complexidade e o caráter interdependente dos problemas que nos afetam e as gerações futuras (Capra, 1998:23).

Esta nova visão do mundo demanda mudanças nas concepções, na linguagem, enfim, no modo de pensar mecanicista, que não consegue apreender as transformações em curso na sociedade. Kuhn definiu essas mudanças de paradigmas como rupturas descontínuas e revolucionárias no âmbito da ciência e Capra transpôs o conceito para a arena social. Para analisar as transformações que estão ocorrendo, ele formatou um novo conceito — o de paradigma social —, que define como uma “constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (Capra, 1998:25).

Tal paradigma envolve uma nova concepção de mundo, que valoriza o pensamento intuitivo e não-linear e os valores de cooperação e parceria. Com isso, o poder mais apropriado é o da influência de outros, deixando seu exercício de ser hierárquico para ser em rede, onde se privilegiam padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social. Essa visão enfatiza a interdependência, o pensamento sistêmico. Mas isso exige mudar a ênfase da teoria sistêmica, ou seja, colocá-la não mais nas partes, mas no todo.

Essas questões permitem visualizar como as noções de sistema, intersectorialidade e rede possibilitam levantar alguns pontos para entender o que vem ocorrendo com o Sistema Único de Saúde, SUS.

2. Sistemas, complexidade e redes

Ao iniciarmos a discussão sobre o pensamento sistêmico, é interessante retomarmos a contribuição de Morin (1996).

O sistema passa a ser visto não como a soma das partes, mas na perspectiva do todo, pois nenhuma das partes possui o todo. É das relações das partes que surgem novas potencialidades, que também as retroalimentam, es-

estimulando-as a expressar sua individualidade. Daí se poder dizer que para conhecer o todo não é necessário conhecer as partes, “é necessário reconhecer a circularidade nas explicações simultâneas do todo pelas partes e das partes pelo todo” (Bauer, 1999:51). Essa visão deixa de valorizar o princípio explicativo simplificado, linear, para contemplar a complexidade, tanto dos fenômenos quanto dos princípios, passando a afirmar a identidade das partes e do todo.

É neste e sentido que Morin (1996:260) diz que o todo existe como unidade e as partes também, porque elas não são redutíveis ao todo. Assim, a diversidade constrói a unidade e vice-versa. Neste contexto, os produtos da organização são necessários à sua própria produção e causação, e o mesmo se pode dizer da sociedade. No mundo vivo existem sistemas alinhados dentro de outros sistemas, que representam níveis de diferente complexidade. Os seres vivos organizam a si próprios, caracterizando-se simultaneamente pela ordem e desordem. Isto significa tanto a auto-regulação, que se explicita na estabilidade, quanto a incerteza, que caracteriza a desordem e representa a instabilidade.

As fontes da incerteza decorrem da própria limitação do conhecimento e são múltiplas. Segundo Morin (1999:273), o conhecimento comporta, no seu princípio mesmo, relações de incerteza e, no seu exercício, riscos de erro. Ele não pode eliminar a incerteza; para que isso ocorra é necessário separar o “conhecente” do conhecido, o que significa abolir sua própria organização. O conhecimento é organizacionalmente complexo e essa complexidade advém não apenas dos “riscos que tecem o próprio fenômeno do conhecimento, mas também das interdependências e da multidimensionalidade do fenômeno cognitivo (...) A complexidade não é somente problema de objeto de conhecimento, mas também de método” (Morin, 1999:282).

A ciência clássica foi sempre pautada pela certeza: a ordem. Hoje o objetivo do conhecimento não é o de desvendar o segredo do mundo, mas de dialogar com ele, reconhecendo como inevitável a presença da incerteza no interior da explicação científica.

Assim, a incerteza, que comprometia as antigas explicações simplificadoras, agora é parte da explicação complexa, reconhecendo que a desordem concorre para a produção da ordem. A auto-organização é a um tempo desorganização e reorganização, ordem e desordem. E é essa circularidade que dá sentido à complexidade. Contudo, complexo e simples não são pólos opostos, estando imbricados e em caráter de complementaridade.

“A vida é, de fato, tanto organização quanto eventualidade” (Bauer, 1999:53). A ação só será possível quando houver ordem, desordem e organização. Assim, auto-organizar significa redefinir-se diante da aleatoriedade, significa aprender, por isso o organismo vivo é comandado por estruturas tanto de conservação quanto de transformação (auto-organização).

Nessa perspectiva é que Morin propõe a releitura do todo e das partes, buscando superar a visão que privilegia a matéria em detrimento das relações entre os objetos, pois estes não fazem sentido em si, mas pelas relações que estabelecem com o todo e entre si. Os objetos são redes de relações e a realidade é, em última instância, uma teia complexa de relacionamentos. Assim, os conceitos de sistema, interação e organização não podem ser tomados isoladamente, pois eles produzem uns aos outros em recorrência e interdependência.

Essa realidade complexa e autoproduzida é que nos permite falar da construção de um saber que não apenas integra as políticas sociais, mas as transcende, bem como suas diferenças e peculiaridades, para formular uma nova prática, um novo saber, que é menos determinado pelo seu objeto do que pelo seu objetivo.

O pensamento é complexo, porque se move segundo as características comuns a toda a matéria. A complexidade é o estado de ser de todos os sistemas abertos, quer dizer, auto-eco-organizados e organizadores. O homem, a sociedade, o meio ambiente e os sistemas de idéias interagem entre si, por meio de trocas, porque são sistemas abertos.

Na visão sistêmica, compreendemos que os próprios objetos são redes de relações, embutidas em redes maiores. Nessa perspectiva, as relações são fundamentais. A percepção do mundo vivo como uma rede de relações tornou o pensar em termos de redes uma característica-chave do pensamento sistêmico. No dizer de Capra (1998:47), isso influencia não apenas a visão da natureza, mas o próprio conhecimento científico. No pensamento sistêmico a metáfora do conhecimento como edifício está cedendo lugar à da rede. E a realidade é percebida como uma rede de relações, interconectada por concepções e de modelos, na qual nenhuma parte é fundamental.

Nessa linha os critérios do pensamento sistêmico são interdependentes e a natureza é vista como uma teia interconexa de relações, descrita por meio de uma rede de conceitos e modelos todos igualmente importantes. Essa concepção desfocaliza o saber e valoriza a idéia de processo e de contexto. A interdependência de relações passa também pela criação dos saberes.

A noção de rede como um emaranhado de relações das quais os indivíduos constituem os nós, significa uma transformação das idéias sobre organização social. Rede social é entendida como “o campo presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo” (Marques, 1999:46). Vínculos que possuem diversas naturezas, que podem ter sido construídos intencionalmente ou não e que estão em constante interação e transformação. Essa concepção de rede permite que se utilize a análise das relações de rede para o entendimento das políticas sociais, explicando suas diversas dimensões no que se refere tanto a seu desenvolvimento quanto a seus resultados.

Apesar da importância desse processo para analisar as políticas sociais e sua gestão, ainda hoje temos dificuldades para incorporar as implicações da metáfora de rede tanto no nível das organizações quanto no da sociedade. “A maioria das pessoas continua pensando como indivíduos isolados e não como parte de múltiplas redes de interações: familiares, de amizade, de trabalho, recreativas” (Najmanovich, 1995:61).

Contudo, essa postura começou a mudar através da percepção do significado da análise de rede para o entendimento da realidade social e da sua complexidade e para mudar essa realidade. Esse tipo de percepção parte também de uma visão do social como um conjunto de relações de redes tanto pessoais quanto organizacionais, onde as posições dos atores nessas redes é que moldam suas práticas e valores.

A complexidade e as incertezas da realidade social deixam de ser consideradas pela ótica do pensamento positivo, marcado pelas certezas, para ceder lugar àquela que considera as interações dinâmicas e as transformações. O observador isento está mudando para um sujeito que também pensa, sente e age como realidades indissociáveis, formando um todo complexo. A diversidade é a marca da época, bem como o reconhecimento das diferenças, da alteridade e da interação que possibilita o encontro que se origina dos padrões de significado e da ação simbólica, que cria e muda as organizações como sistemas que se reproduzem (Morgan, 1996:241).

As pessoas organizam seu significado em torno do que são e acreditam que são, e as redes de intercâmbios conectam indivíduos, grupos, regiões e organizações de acordo com os objetivos processados na rede (Castells, 1999a:23). “A metáfora da rede, especialmente dos fluxos variáveis com deslocamento dos pontos de encontro e renovação das pautas de conexão, tem-se mostrado apta para pensar e construir novas formas de convivência, que permitam gerar novos mundos” (Najmanovich, 1995:71).

Nesse contexto de rede, a criatividade e a compreensão são mais importantes que a certeza e a predição. As redes, no universo de mudanças, surgem como uma linguagem de vínculos, das relações sociais entre organizações que interagem mediadas por atores sociais que buscam entender de maneira compartilhada a realidade social. São formas de agir que privilegiam os sujeitos, que, de maneira interativa, apropriam-se do conhecimento dos problemas sociais e de sua solução.

Nas redes os objetivos, definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública — estatal ou privada — desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo.

A rede de organizações estabelece acordos de cooperação e reciprocidade e alianças. Essas novas práticas de cooperação constituem um meio de encontrar saídas para intervir na realidade social complexa.

A rede não é um objetivo em si, mas “parte de uma metodologia para a ação que permita manter, ampliar ou criar alternativas desejáveis para os membros de uma organização social” (Pakman, 1995:301). Quanto mais alternativas, maior a oportunidade dos membros da organização de se verem como sujeitos na construção solidária de sua rede.

A rede é um fato social, mas também uma oportunidade de reflexão sobre o social e as práticas cotidianas. Ela é a construção de um espaço de organização dos sujeitos “enquanto encarna um projeto utópico, não como meta futura, mas como uma realidade presente” (Pakman, 1995:302). Nesse sentido é que se diz que a rede é uma construção coletiva e que ela se define à medida que é realizada. Sua verdade está na sua concretização, na superação das determinações sociais mediante o estabelecimento de parcerias entre sujeitos individuais ou coletivos, mobilizados por objetivos construídos e apropriados coletivamente, para a construção de uma nova realidade social (Junqueira, 1999:64).

As redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada, mas respeitando o saber e a autonomia de cada membro. Com isso, as redes constituem um meio de tornar mais eficaz a gestão das políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem a identidade de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem, tanto na concepção das ações intersetoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais.

Esse processo de redes, ao articular os diversos atores sociais públicos — estatais e privados — e mesmo lucrativos, possibilita superar a incapacidade dos responsáveis pela gestão dos microprocessos das políticas sociais. O Estado, enquanto descentraliza seu poder, possibilita a criação de novos formatos organizacionais, que constituem uma resposta da sociedade civil às demandas de alguns de seus segmentos. Com as redes sociais essas organizações e os diversos atores sociais são articulados, viabilizando a participação e a democratização da tomada de decisão na gestão das políticas sociais. A rede como uma realidade social pode também criar conhecimentos que lhes são próprios, numa perspectiva transectorial e que resulta das relações internas e externas às organizações.

Nessa perspectiva, a rede não é apenas a construção de uma realidade de vínculos, mas também uma maneira de analisar e entender a realidade social. É por isso que da rede pode resultar um saber intersetorial, ou mesmo transectorial, que transcende as relações intersetoriais na construção de novos saberes, de novos paradigmas.

3. Intersetorialidade, interdisciplinaridade e saúde

As mudanças que vêm ocorrendo no mundo moderno introduziram um novo modo de pensar, bem como de construir a ciência. A construção de uma disciplina não surge da vontade de alguns, mas a partir de idéias e de conceitos construídos culturalmente. Assim, para construir uma ciência é necessário encontrar uma definição do objeto, conceitos que o explicitem. Esses conceitos são construídos a partir de um paradigma ou de uma teoria.

O conceito de saúde encontra-se ligado às culturas, que determinam práticas. Assim, “se os cuidados da saúde se dirigissem primeiro às massas, a ciência da saúde teria dado muito mais importância à higiene do que de fato foi dada” (Fourez, 1995:114). Essa concepção interfere no tipo de medicina e nas suas práticas. O enfoque centrado no indivíduo abstrato encontra-se separado da realidade afetiva e social, diferindo daquele que valoriza a pessoa integrada à vizinhança, ao seu meio de trabalho, à sua região, ao seu universo. Isso introduziria modificações na estrutura social da equipe dos que trabalham no campo da saúde, o que não significa que a ciência da saúde seria menos técnica, mas a concepção de técnica seria mais abrangente.

O saber que informa um trabalho científico aparece como esclarecimentos localizados. Daí surge a idéia da interdisciplinaridade. Esse tema nasceu da consciência da abordagem do mundo por uma única disciplina particular. Assim, abordar os problemas de saúde apenas da ótica biológica pode não responder às demandas de saúde em toda sua complexidade.

A integração de diferentes disciplinas resulta em um novo enfoque de certos problemas da vida cotidiana. Contudo, essa abordagem não cria uma espécie de superciência, mas apenas dá um novo enfoque, um novo paradigma, na abordagem dos problemas de saúde. A busca de uma superdisciplina leva a um novo discurso, que se situa além das disciplinas particulares. A idéia não é criar um novo saber, uma nova disciplina científica, mas resolver problemas concretos.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é vista como uma prática, como “uma negociação entre diferentes pontos de vista, para decidir sobre a representação considerada adequada tendo em vista a ação. Nesse caso é preciso aceitar confrontos de diferentes pontos de vista e tomar uma decisão que, em última instância, não decorrerá de conhecimentos, mas de um risco assumido, de uma escolha finalmente ética e política” (Fourez, 1995:137).

Outra dimensão da interdisciplinaridade aceita que o processo científico não possa ser deduzido de uma racionalidade universal, resultando das interações que se aproximam mais do modelo sociopolítico do que da representação de uma racionalidade universal.

Portanto, a interdisciplinaridade consiste em relações entre diversos saberes orientados para uma prática, para a solução de problemas de saúde. Caracteriza-se pela articulação das políticas sociais, integrando saberes e práticas para resolver os problemas de saúde que afetam a população.

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A ação intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver os problemas que incidem sobre uma população em um determinado território. Esta é uma perspectiva importante, porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e também para a sua solução.

A intersetorialidade incorpora a idéia de integração, de território, de equidade, enfim, dos direitos sociais. É uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida.

Essa abordagem supõe a consideração dos problemas sociais onde eles se manifestam. Nessa perspectiva a cidade constitui um espaço privilegiado para realizar a ação intersetorial. É um espaço definido territorial e socialmente, é onde as pessoas vivem e se reproduzem. É aí que as pessoas e os grupos se relacionam para construir seu futuro. Por isso é na cidade onde principalmente se concretiza a integração das políticas sociais e, conseqüentemente, a ação intersetorial e interinstitucional (Junqueira, 1999:61).

A intersetorialidade transcende um único setor social: é a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social” (Junqueira & Inojosa, 1997). É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, ao considerar o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza e homem/homem que determinam a construção social da cidade.

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e de seus interesses.

Essa forma de atuar é nova, por isso deve acarretar mudanças nas práticas e na cultura das organizações gestoras das políticas sociais. É um processo que tem riscos em função das resistências previsíveis de grupos de interesses. A ousadia de mudar vai precisar das alianças de todos os que desejam incrementar a qualidade de vida do cidadão, dentro e fora da administração pública estatal.

Tratar os cidadãos de um mesmo território e seus problemas de maneira integrada exige um planejamento articulado das ações e serviços. Mas isso só não basta. Esse novo fazer envolve mudanças de valores, da cultura que é refletida nas normas sociais e regras que pautam o agir de grupos e organizações sociais. Essa mudança exige a apreensão da cultura com base em aspectos rotineiros das práticas diárias que “definem o estágio socialmente construído em relação ao qual a geração de atores dá vida à sua cultura” (Morgan, 1996:137). Essa construção não passa apenas no interior das organizações, pelos relaciona-

mentos diários que estabelecem as pessoas entre si, mas também pelo funcionamento de grupo ou grupos exteriores às organizações e das lideranças que emergem desse processo.

Uma nova realidade, criada a partir de um conhecimento também novo, deve ser partilhada no interior das organizações gestoras das políticas sociais. E isso vai depender principalmente da mudança das práticas organizacionais e das relações sociais que se estabelecem entre os diversos atores organizacionais. Essas práticas deverão privilegiar a integração de saberes e experiências, em prejuízo da setorialização e da autonomização. Os atores organizacionais e os grupos populacionais passam a ser considerados sujeitos capazes de perceber seus problemas de maneira integrada e de identificar soluções adequadas à sua realidade social.

Uma nova construção se delineia, exigindo mudanças, tanto no âmbito das organizações públicas estatais responsáveis pela gestão das políticas sociais, quanto no dos grupos populacionais. No âmbito das organizações estatais, com a descentralização, podem ser transferidas competências para instituições prestadoras de serviços sociais. Com isso, estabelece-se uma parceria com organizações privadas autônomas voltadas para o interesse coletivo capazes de desenvolverem de maneira integrada projetos intersetoriais em resposta às demandas sociais da população.

Esse processo ganha consistência quando as necessidades dos grupos populacionais em um território levam-nos a se articularem em busca de soluções intersetoriais. Nesse processo, a população passa a ser considerada sujeito, e não objeto de intervenção. Com isso, ela passa a assumir um papel ativo, colaborando na identificação dos problemas e na sua solução. Muda-se a lógica da política social, que sai da visão da carência, da solução de necessidades, para aquela dos direitos dos cidadãos a uma vida digna e com qualidade.

É a construção de um projeto social que se delineia. E é nesse sentido que a prática intersetorial que privilegia a negociação pode alcançar uma dimensão transetorial, pois cria um novo olhar e instaura novos valores, mediante o respeito das diferenças e a incorporação das contribuições de cada política social no entendimento e na superação dos problemas sociais.

Esse processo possibilita a construção de novas identidades de projeto (Castells, 1999b:420), que não parecem surgir de identidades anteriores existentes na sociedade civil, mas da contradição com as identidades de resistência. Isso recoloca a questão da ordem e da desordem, presente no conhecimento sistêmico que estabelece relações e se reproduz.

Deste ponto de vista, a transetorialidade integra saberes e experiências, estabelecendo um conjunto de relações e constituindo uma rede centrada na identidade de projeto.

É aí que podemos situar o SUS. Como projeto, ele tem caráter transetorial, já que a concepção de saúde que o informa não se circunscreve a saberes específicos. Entretanto, como prática, a implementação do SUS e, mesmo, o

discurso de quem diz que esse projeto está esgotado, ainda se restringem a uma perspectiva intra-setorial, na dimensão da assistência, com alguma negociação intersetorial. O SUS é um projeto de promoção da saúde, e é nessa dimensão que ele precisa ser resgatado, como parte de um projeto maior de uma sociedade solidária.

É um projeto político, construído por grupos que acreditavam, e ainda acreditam, na construção de uma sociedade mais justa e equânime. No entanto, como um projeto, ele exige a atualização das propostas mediante o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade brasileira e de suas partes. Um sistema é uma construção abstrata, que define direção, competências e atribuições das partes interdependentes. Este é um processo que exige das partes mudanças de práticas e valores para adequarem-se ao projeto, o qual deve ser institucionalizado para consolidar as mudanças.

Nesse sentido, o SUS ainda é um projeto em construção, pois os princípios que o informam determinaram uma mudança em todo aparato estatal da saúde. Projetar a mudança não significa sua concretização imediata. Os interesses envolvidos e as práticas institucionais que os representam não mudam apenas pela vontade política expressa na lei. Há uma distância significativa entre o discurso e a prática. Para mudar as práticas institucionais são necessárias diversas mediações e diversas iniciativas que viabilizem esse processo.

O SUS é uma rede de organizações, de pessoas e de interesses que se inter-relacionam e interdependem. Para entender esta realidade institucional complexa, é interessante também incorporar a idéia de que os processos de mudanças não estão fora das organizações, mas embutidos em sua própria lógica. Ou seja, as relações criadas pelos diferentes atores organizacionais não surgem fora das organizações, mas nelas mesmas, como um meio de manter estáveis seus padrões de relações. São um processo de fechamento ou de auto-referência, através do qual a organização tenta concretizar e reproduzir sua identidade.

Essa auto-reprodução permite ao SUS garantir sua identidade, mediante as relações, as interdependências das partes. O SUS é uma construção social que se realiza para garantir aos sujeitos seus direitos, em reconhecimento aos direitos dos outros, sem submissões e determinismos naturais e sociais (Chanlat, 2000:75).

Nessa perspectiva, a construção do SUS possibilitará tornar o social mais compreensível, mais visível, fazendo com que as relações sociais deixem de ser “relações de coisas entre si”, no dizer de Rosanvallon (1997:94). Isso transforma as relações sociais em relações de solidariedade, aproximando a sociedade de si mesma. Os indivíduos são inseridos em redes sociais, transformando sua relação com o SUS. Passam de objetos a atores responsáveis pela construção de um SUS que se reproduz para garantir direitos de cidadania. Com isso, sua construção se torna uma tarefa coletiva que se multiplica em espaços sociais de interações e solidariedade.

Referências bibliográficas

- Bauer, Ruben. *Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações*. São Paulo, Atlas, 1999.
- Capra, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo, Cultrix, 1998.
- Castells, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.
- . *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1999b. v. 2.
- Chanlat, Jean-François. *Ciências sociais e management*. São Paulo, Atlas, 2000.
- Fourez, Gérard. *A construção das ciências. Introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo, Unesp, 1995.
- Genelot, Dominique. *Manager dans la complexité. Reflexions à l'usage de dirigeants*. Paris, Insep, 1992.
- Junqueira, Luciano A. Prates. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. *Revista FEA-PUC-SP*. São Paulo, 1:57-72, nov. 1999.
- & Inojosa, Rose M. *Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária*. São Paulo, Fundap, 1997.
- Marques, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, 14(41):45-67, out. 1999.
- Morgan, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo, Atlas, 1996.
- Morin, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- . *O método — 3. O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre, Sulina, 1999.
- Najmanovich, Denise. El lenguaje de los vínculos. De la independencia absoluta a la autonomía relativa. In: Dabas, E. & Najmanovich, D. (org.). *Redes el lenguaje de los vínculos: hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires, Paidós, 1995. p. 33-76.
- Pakman, Marcelo. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: Dabas, E. & Najmanovich, D. (org.). *Redes el lenguaje de los vínculos: Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires, Paidós, 1995. p. 420-55.
- Rosanvallon, Pierre. *A crise do Estado-previdência*. Goiânia, UnB/UFG, 1997.